

FIEA Federação das
Indústrias do Estado
de Alagoas

IEL Instituto
Euvaldo
Lodi

PANORAMA ECONÔMICO

Dados referentes ao mês de
Dezembro de 2025



Indústria brasileira à deriva em 2025

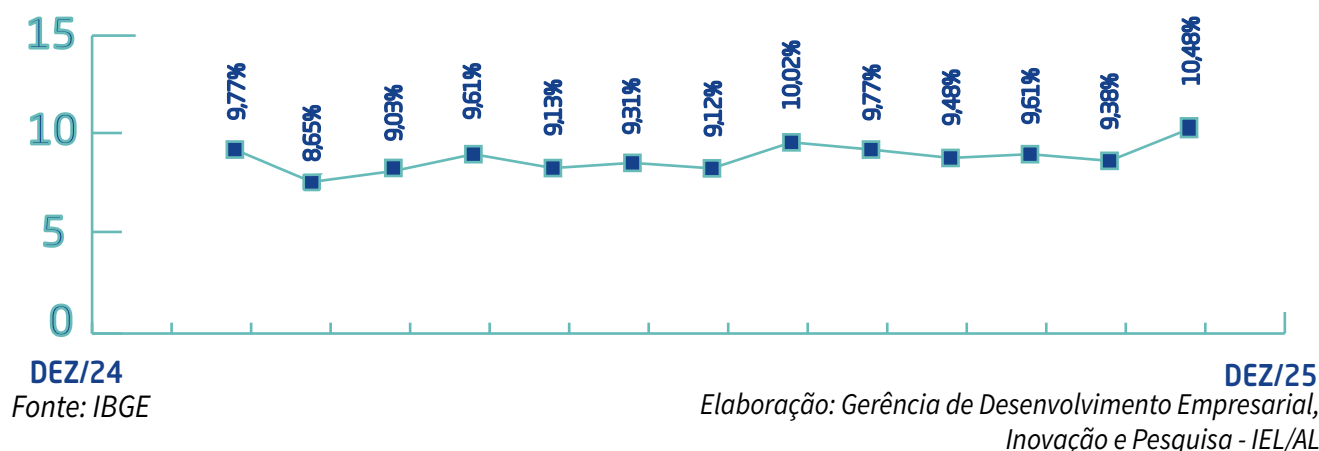
O desempenho da indústria brasileira em 2025 indicou mudança de trajetória em relação à recuperação observada em 2024¹. O crescimento acumulado foi de +0,6%, abaixo dos +3,1% do ano anterior, mantendo o nível de produção aproximadamente 13% inferior ao de 2013. Ao longo do ano, verificou-se desaceleração contínua: a indústria geral passou de +2,0% no primeiro trimestre para -0,5% no quarto, em contexto de condições macroeconômicas restritivas.

A leitura setorial sugere que o resultado agregado foi influenciado pelo avanço do ramo extrativo (+4,9%), associado à produção de petróleo. Excluído esse componente, a indústria de transformação apresentou variação de -0,2% no acumulado de 2025 e encerrou o ano com queda interanual de -1,9% no quarto trimestre. No recorte por macrossetores, três dos quatro registraram retração no último trimestre, apontando perda de fôlego disseminada.

Os segmentos com maior dependência de financiamento concentraram a reversão. Em bens de capital, a produção evoluiu de +4,5% no primeiro trimestre para -5,0% no quarto, encerrando 2025 com -1,5%, após expansão de +9,0% em 2024. Em bens de consumo duráveis, a variação passou de +11,2% no início do ano para -3,0% no último trimestre, com desaceleração da produção de veículos no segundo semestre e recuos em eletrodomésticos e móveis, compatíveis com restrição de crédito e custo financeiro elevado.

[1] IEDI - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial

Gráfico nº 1 - Estimativas do mercado para a taxa real de juros (ex-ante) de dezembro de 2024 a dezembro de 2025



A manutenção da taxa Selic em 15% ao ano no início de 2026 reforçou a persistência de juros reais em patamar elevado, conforme as estimativas de mercado expressas no gráfico nº 1. Em ambiente de política monetária restritiva, o aumento do custo de capital e do serviço da dívida reduz a viabilidade econômica de projetos, posterga investimentos e limita decisões de consumo de maior valor. O efeito tende a ser mais intenso em atividades com ciclos longos, elevada necessidade de capital de giro e maior sensibilidade às condições de financiamento.

A desaceleração da produção industrial se traduz em maior pessimismo dos empresários, de acordo com o comportamento do Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI)². Em janeiro de 2026, apesar de variações positivas em parte dos setores, 20 dos 29 permaneceram abaixo de 50 pontos, caracterizando falta de confiança. A indústria de transformação registrou 48,8 pontos, e

setores como metalurgia (43,7) e vestuário e acessórios (45,5) permaneceram entre os menores níveis, em linha com um cenário de demanda contida e custos financeiros elevados.

A segmentação por porte reforça a assimetria do ambiente de juros altos. Em janeiro de 2026, pequenas empresas registraram 47,9 pontos, médias 49,0 e grandes 49,5, todas abaixo do patamar de confiança. Dado o maior peso do crédito bancário e a menor capacidade de autofinanciamento nas empresas de menor porte, a persistência de juros reais elevados tende a restringir investimento, capital de giro e esforços de modernização, com implicações para a continuidade de planos produtivos e de inovação.

No recorte regional, Nordeste (55,1) e Centro-Oeste (51,4) per-

maneceram acima de 50 pontos, enquanto Sudeste, Sul e Norte continuaram em faixa de desconfiança. O padrão é consistente com efeitos heterogêneos da restrição monetária, mas com predominância de vetores contracionistas sobre a indústria. Assim, a combinação entre desaceleração produtiva em 2025 e manutenção de juros reais elevados no início de 2026 sustenta um cenário de expectativas contidas, com limitação à retomada do investimento e à difusão de projetos de maior complexidade tecnológica.

Em outras palavras, o principal fator que colocou a indústria brasileira à deriva foi a persistência de um regime de juros reais elevados, que, ao encarecer o crédito e elevar o custo de capital e do serviço da dívida, reduziu a demanda por bens duráveis e desorganizou a dinâmica de investimento, com efeitos concentrados em bens de capital e consumo durável e disseminados ao longo das cadeias produtivas. Essa restrição financeira operou em paralelo a uma recomposição apenas parcial do nível de produção—sustentada, no agregado, pelo desempenho do ramo extrativo—e aprofundou a perda de tração da indústria de transformação, deteriorando expectativas e confiança empresarial, sobretudo entre empresas de menor porte e em regiões com menor resiliência da demanda, o que reforçou a postergação de projetos e a fragilidade da retomada.

Mercado sinaliza cortes *de 0,5 p.p. a partir de março*

A manutenção da Selic em 15,0% a.a. na última reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM) decorre da avaliação de que a desinflação em curso ainda não assegura, com robustez, a convergência da inflação à meta no horizonte relevante. A Ata³ reconhece arrefecimento da inflação cheia e de medidas subjacentes, mas enfatiza que as expectativas seguem acima da meta — 4,0% em 2026 e 3,8% em 2027 — e que, nesse ambiente, a restrição monetária precisa ser preservada para reduzir persistência e riscos de segunda ordem.

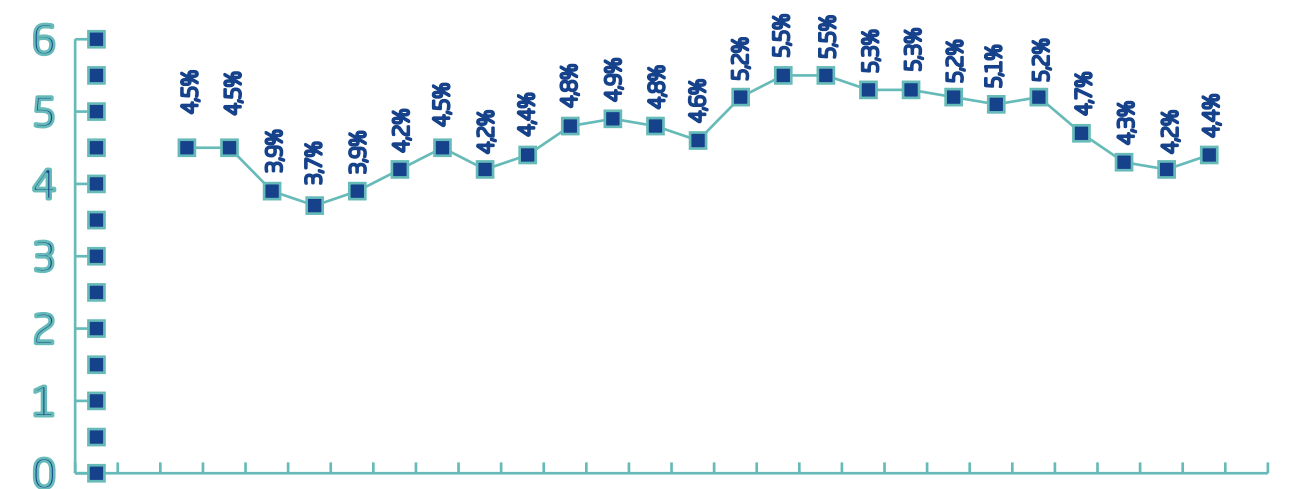
[3] Ata do Copom

Os dados do IPCA em 12 meses no Gráfico nº 3 corroboram essa leitura: após atingir 5,5% em março-abril de 2025, o indicador desacelera de forma mais clara no fim do ano, passando por 4,68% (out/2025), 4,30% (nov/2025) e 4,20% (dez/2025), com leve recomposição para 4,40% em jan/2026. O movimento indica desinflação relevante, porém ainda em patamar superior ao centro da meta e com oscilação recente que limita conclusões sobre a tendência.

No plano doméstico, o Copom associa parte do arrefecimento a condições mais benignas de commodities e a câmbio mais apreciado, ao mesmo tempo em que ressalta a resiliência do mercado de trabalho e a maior inércia de serviços. Essa combinação explica por que a melhora do IPCA não é suficiente para antecipar distensão: a desaceleração observada é consistente com a transmissão da política monetária, mas permanece a preocupação com pressões ligadas à renda e com a dinâmica prospectiva de preços.

A decisão também é enquadrada como gestão de riscos diante do ambiente externo incerto e da interação com a política fiscal, tanto via demanda quanto via prêmio de risco e percepção sobre a trajetória da dívida. Assim, a manutenção do patamar restritivo preserva flexibilidade para responder a choques que possam afetar câmbio, expectativas e inflação, enquanto se acumula evidência adicional sobre a consolidação do processo desinflacionário.

Nesse contexto, as estimativas de mercado para 2026 (Gráfico nº 2) apontam para cortes graduais, em linha com a sinalização de início de ciclo, mas condicionados à continuidade da desinflação e à melhora das expectativas. A trajetória mediana vai de 14,5% (R2) a 12,25% (R8) e, de forma importante, embute cortes de 50 p.b. na maior parte das reuniões (R2 a R6), com estabilização em 12,5% entre R6 e R7 e um ajuste final de 25 p.b. até 12,25%. A dispersão permanece elevada: o cenário pessimista (máximo) admite manutenção em 15,0% ao longo do ano, enquanto o cenário otimista (mínimo) sugere redução mais rápida, chegando a 11,0% nas reuniões finais. Em síntese, o recuo do IPCA sustenta a precificação de cortes, mas a inflação ainda acima da meta e a oscilação recente favorecem uma distensão gradual e dependente de dados.

Gráfico nº 2 -- IPCA (acumulado 24 meses) - novembro/23 a novembro/25

JAN/24

Fonte: IBGE

JAN/26

 Elaboração: Gerência de Desenvolvimento Empresarial,
Inovação e Pesquisa - IEL/AL

A produção industrial brasileira

Em dezembro de 2025

Em 2025, a indústria brasileira perdeu tração ao longo do ano e voltou a recuar no último trimestre, encerrando o período com crescimento modesto no acumulado (+0,6%), bem abaixo do observado em 2024 (+3,1%) e ainda distante do nível pré-crise, cerca de 13% inferior ao de 2013. O resultado agregado foi parcialmente sustentado pela indústria extrativa (+4,9%), enquanto a indústria de transformação registrou leve retração no ano (-0,2%), sinalizando enfraquecimento do núcleo manufatureiro. A desaceleração foi gradual e terminou em contração, com piora concentrada justamente nos segmentos mais dependentes de crédito — bens de capital e bens de consumo duráveis —, compatível com o efeito de juros elevados sobre investimento e consumo financiado; no fim do ano, indicadores industriais também passaram a apontar arrefecimento do ritmo de atividade e redução da utilização do parque produtivo. Esse quadro avança para 2026 sem mudança relevante, dado o patamar ainda restritivo da política monetária, o que tende a manter a indústria sob expectativas contidas e com recuperação limitada no curto prazo.

Indicadores Conjunturais da *Economia Brasileira*

Tabela nº 1 - Variação da Produção Industrial - Dezembro 2025 (%)

	No mês (com ajuste sazonal)	Mesmo mês ano anterior	No ano	Doze meses
Indústria Geral	-1,2	0,4	0,6	0,6
Bens de Capital	-8,3	-7,5	-1,5	-1,5
Bens Intermediários	-1,1	-0,9	1,5	1,5
Bens de Consumo	-1,8	3,8	-1,1	-1,1
Bens de Consumo Duráveis	-4,4	-3,5	2,5	2,5
Semiduráveis e não duráveis	-0,7	5,0	-1,7	-1,7
Extrativa Mineral	0,9	7,0	4,9	4,9
Transformação	-1,9	-1,0	-0,2	-0,2

Fonte: IBGE

Elaboração: Gerência de Desenvolvimento Empresarial,
Inovação e Pesquisa - IEL/AL

Tabela nº 2 - Índices de preços

Índice de Preço (%)	2025												2026
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN
IGP-DI	0,11	1,00	-0,50	0,30	-0,85	-1,80	-0,07	0,20	0,36	-0,03	0,1	0,10	0,20
INCC-DI	0,83	0,40	0,39	0,52	0,58	0,69	0,91	0,52	0,17	0,30	0,27	0,21	0,72
IGP-M	0,27	1,06	-0,34	0,24	-0,49	-1,67	-0,77	0,36	0,42	-0,36	0,27	-0,01	0,41
IPC-M	0,14	0,91	0,80	0,46	0,37	0,22	0,27	-0,07	0,25	0,16	0,25	0,24	0,51
IPA-M	0,24	1,17	-0,73	0,13	-0,82	-2,53	-1,29	0,43	0,49	-0,59	0,27	-0,12	0,34
INCC-M	0,71	0,51	0,38	0,59	0,26	0,96	0,91	0,70	0,21	0,21	0,28	0,21	0,63
IPC-FIPE	0,24	0,51	0,62	0,45	0,27	-0,08	0,28	0,04	0,65	0,27	0,20	0,32	0,21
INPC	0,00	1,48	0,51	0,48	0,35	0,23	0,21	-0,21	0,52	0,03	0,03	0,21	0,39
IPCA	0,16	1,31	0,56	0,43	0,26	0,24	0,26	-0,11	0,48	0,09	0,18	0,33	0,33

Fontes: Ipeadata e Bacen

Elaboração: Gerência de Desenvolvimento Empresarial,
Inovação e Pesquisa - IEL/AL

Tabela nº 3 - Indicadores de Confiança I

	Indicadores de Confiança I		
	Indicadores do Cenário Externo		
	Taxa de Juros Títulos do Tesouro Americano 10 anos	Preço do Petróleo (Brent) em US\$	Ouro - Nova York (Fixing) em US\$
JAN/25	4,56	76,32	2 883,00
FEV/25	4,25	73,05	2 951,00
MAR/25	4,46	62,45	3 265,00
ABR/25	4,53	64,41	3 287,00
MAI/25	4,28	65,62	3 355,00
JUN/25	4,37	68,61	3 400,00
JUL/25	4,24	65,60	3 392,00
AGO/ 25	4,07	66,86	3 711,00
SET/25	3,99	61,81	4 351,00
OUT/25	4,08	63,64	4 052,00
NOV/25	4,13	59,43	4 417,00
DEZ/25	4,22	65,60	4,786,00
JAN/25	4,04	72,46	5,063,00

Fonte: Banco Central do Brasil (BCB) /FED

Elaboração: Gerência de Desenvolvimento Empresarial, Inovação e Pesquisa - IEL/AL

Tabela nº 4 - Indicadores de Confiança II

Meses	Indicadores de Confiança II						
	Taxa de Câmbio Fim de Período R\$/US\$ - Vendas	Swap de 1 ano	Inflação esperada nos próximos 12 meses Mediana	Taxa de Juros Real Ex-Ant	IPCA nos últimos 12 meses	Taxa de Juros Selic (% a.a)	Taxa Real Esperada Selic (a.a)
NOV/24	5,83	14,95	5,80	8,65	4,56	12,15	7,26
DEZ/24	5,85	15,03	5,50	9,03	5,06	13,15	7,70
JAN/25	5,74	15,09	5,00	9,61	5,48	14,15	8,22
FEV/25	5,66	14,48	4,90	9,13	5,53	14,15	8,17
MAR/25	5,71	14,64	4,88	9,31	5,32	14,65	8,86
ABR/25	5,46	14,69	5,10	9,12	5,35	14,90	9,07
MAI/25	5,60	14,76	4,31	10,02	5,23	14,90	9,19
JUN/25	5,43	14,36	4,18	9,77	5,13	14,90	9,29
JUL/25	5,32	14,34	4,44	9,48	5,17	14,90	9,25
AGO/25	5,38	14,09	4,09	9,61	4,68	14,90	9,76
SET/25	5,33	13,75	4,00	9,38	4,46	14,90	9,99
OUT/25	5,50	14,90	4,00	10,48	4,26	14,90	10,21
NOV/25	5,23	13,75	3,90	9,48	4,44	14,90	10,02

Elaboração: Gerência de Desenvolvimento Empresarial,
Inovação e Pesquisa - IEL/AL

Fonte: Banco Central do Brasil (BCB).

ELABORAÇÃO
DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL, INOVAÇÃO E
PESQUISA - FIEA/IEL

GERENTE
ELIANA MARIA DE OLIVEIRA SÁ

ESTAGIÁRIOS
JULIAN PEDRO MOISÉS DA SILVA
KARINE FERREIRA DOS SANTOS
MARIA LUIZA LEAL DA SILVA
PABLO HENRIQUE COSTA FRANCIOLLY FONSECA
RUAN WESLEY DE BARROS SILVA

ANALISTA
MORGANA MARIA MACHADO MOURA
CONSULTORA
DÉBORA JUSTINO DOS SANTOS
AUTOR
REYNALDO RUBEM FERREIRA JÚNIOR
DIAGRAMAÇÃO
EMILLY KAROLLINY CARDOZO DA FONSECA

INSTITUTO EUVALDO LODI -
IEL

DIRETOR REGIONAL
JOSÉ CARLOS LYRA DE ANDRADE

SUPERINTENDENTE
HELVIO BRAGA VILAS BOAS

GERENTE DE DESENV. EMPRESARIAL,
INOVAÇÃO E PESQUISA
ELIANA MARIA DE OLIVEIRA SÁ

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE
ALAGOAS - FIEA

PRESIDENTE
JOSÉ CARLOS LYRA DE ANDRADE

1º VICE PRESIDENTE
JOSÉ DA SILVA NOGUEIRA FILHO

DIRETOR EXECUTIVO
WALTER LUIZ JUCA SÁ

GERENTE UNITEC
HELVIO BRAGA VILAS BOAS